

## DIREITO E COTIDIANO: UMA EXPERIÊNCIA A SER RELATADA

Thais Luzia Colaço\*

Temos como premissa de que a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis, e que o conhecimento produzido e aprendido na universidade deve ser socializado; desta forma, o presente artigo pretende contribuir com a discussão referente ao Direito e cotidiano, abordando a importância do engajamento na sociedade dos estudantes e professores de Direito, e relatando uma experiência de um projeto de extensão universitária de assessoria jurídica que se relaciona com a vida cotidiana das pessoas comuns.

Por ser o Direito uma Ciência Humana e/ou Social Aplicada, deve exigir de seus profissionais e aprendizes um maior compromisso social, atuando como agentes transformadores da realidade cotidiana da população carente, auxiliando-os no resgate da cidadania e da auto-estima, conhecimento e manutenção de seus direitos. Trabalhamos com os homens e suas relações na sociedade, e não podemos ficar longe disso.

Conforme Agnes Heller, a vida cotidiana é heterogênea, composta pela “organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. A sua significação não é apenas heterogênea, mas também hierárquica. Dependendo das diferentes estruturas econômico-sociais, ela se modifica, valorizando determinadas atividades em detrimento de outras.<sup>1</sup>

O Direito não deve ser um ente distante e inatingível para a maioria das pessoas. O Direito a ter direitos, deve permear o dia-a-dia dos seres humanos, ou seja, deve ser valorizado e estar presente no cotidiano dos homens. O cotidiano é composto por segundos, minutos e cada dia na vida das pessoas. Isto significa que o Direito deve estar presente o tempo todo e para todos, e não apenas em momentos de conflitos, de extrema necessidade, de violência exacerbada, de flagrantes injustiças; ou mostrar-se somente para uma pequena parcela privilegiada da população.

Para que o Direito exista de fato para todos e o tempo todo, nós, profissionais das diversas áreas jurídicas, devemos agir e interferir diretamente para que isto aconteça. Não

---

\* Graduada em Direito e História. Mestre em História. Doutora em Direito. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Projeto de Extensão “Lições de Cidadania” e-mail: [thais@ccj.ufsc.br](mailto:thais@ccj.ufsc.br)

devemos esperar pelo Estado, pelo Judiciário, mas sim devemos realizar um trabalho de prevenção e de facilitação da criação de uma nova cultura. Semear a cultura da naturalização do Direito presente no cotidiano das pessoas.

Já está na hora de sairmos do isolamento e entrarmos em contato com o mundo real, com os marginalizados, com os excluídos, com o diferente, possibilitando a aquisição de uma maior sensibilidade com os problemas do outro.

Por meio da extensão é possível efetivar a união da teoria com a prática, de fundir o mundo das idéias com a realidade cotidiana e concretizar, pelo menos parcialmente, os discursos acadêmicos escritos e falados, que desejam uma sociedade mais justa e igualitária.

A extensão propriamente dita transcende a obrigatoriedade da Prática Jurídica, uma vez que deve ser voluntária e ultrapassar os muros da universidade para alcançar a sociedade. Além de transformar e melhorar o cotidiano das pessoas da comunidade envolvida, pelo conhecimento dos seus direitos básicos, propicia aos professores e acadêmicos participantes conhecer o cotidiano das pessoas comuns, uma outra realidade, além da universidade, favorecendo um amadurecimento não só intelectual, mas também um amadurecimento das relações humanas para os futuros profissionais do Direito.

Exclui-se da compreensão de extensão as ações não gratuitas/ou voltadas para a própria comunidade universitária, tais como: cursos, eventos e prestação de serviço. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, a extensão é definida como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados,

---

<sup>1</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 18.

acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada ao social.

Pela extensão universitária é possível quebrar o mito da superioridade do saber científico e valorizar o saber popular. Na realidade há uma troca de conhecimentos e experiências em que ambos os lados saem ganhando. Deve haver uma relação horizontal e não hierárquica, o respeito deve ser mútuo, destacando os interesses da comunidade.

Com o trabalho de extensão há a superação de uma análise meramente teórica da realidade. Os estudantes, de mero observadores, passam a ser participantes das relações sociais, possibilitando a construção conjunta de alternativas e soluções por agentes comunitários e universitários.

No caso específico do trabalho extensionista na área do Direito há uma confusão do entendimento de Assessoria Jurídica com Assistência Judiciária. No nosso entendimento, a Assessoria Jurídica é a extensão propriamente dita, que apresenta serviços legais inovadores, por abrigar demandas coletivas, que privilegiam a auto-organização e a participação comunitária, além de métodos extra-legais e interdisciplinares de solução de conflitos.

A Assistência Judiciária, realizada nos Núcleos de Práticas Jurídicas, proporciona a aprendizagem da prática forense aos estudantes de Direito, caracterizando demandas individuais de busca do Poder Judiciário, pela população carente.

Antes de iniciar um trabalho de extensão deve haver um planejamento, um treinamento dos métodos de extensão, um embasamento teórico e o estudo de casos já realizados para adquirir a experiência acumulada de outros projetos de extensão.

Para não ficarmos somente na teoria, traremos o exemplo de um projeto de extensão chamado “Lições de Cidadania”, coordenado por nós desde 2004, uma iniciativa que vai

além do discurso, integrando concretamente ensino, pesquisa e extensão, oportunizando a vivificação do Direito no cotidiano da vida das pessoas.

Verificamos que o Estado moderno não conseguiu efetivar a sua promessa de proteção e garantia dos direitos dos cidadãos, tampouco a Constituição da República de 1988, que adotou como princípio fundamental o Estado de Direito, “garantindo” a todos os brasileiros a concretização dos direitos individuais, coletivos e sociais. O artigo 5º. reforçou a idéia de que “todos são iguais perante a lei”, mas é constatado que na realidade, no dia-a-dia, a maioria da população não vê garantido grande parte de seus direitos, muitas vezes por ignorá-los.

A problemática central do projeto ora apresentado, é viabilizar, por intermédio da educação, o acesso daqueles segmentos sociais privados de seus direitos ao conhecimento e exercício plenos da cidadania, amenizando desigualdades que parecem perpetuar-se entre os economicamente carentes, possibilitando a integração da universidade com a comunidade.

O exercício da cidadania por meio da educação é previsto na Constituição Federal e também na Lei no. 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB), que estabelece em seu artigo 2º. o seguinte: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos idéias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse contexto, projetos com estas características adquirem grande relevância social, colaborando para reduzir e até mesmo sanar o notório desconhecimento de direitos sociais básicos por segmentos da população vítimas da exclusão social. Ao formular propostas concretas para estender o conhecimento sobre cidadania às escolas estaduais do município de Florianópolis, o projeto em tela converte-se num instrumento eficaz para melhoria da qualidade da vida cotidiana das pessoas.

Envolvendo cerca de 25 (vinte e cinco) alunos dos cursos de graduação e pós-graduação de Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, realiza-se um trabalho voluntário de conscientização de crianças e adolescentes carentes e em situação de risco e de exclusão social, sobre noções jurídicas, instigando uma maior participação política, e principalmente resgatando a auto-estima.

Como objetivos específicos do estudo, pode-se destacar:

- Oferecer à universidade pública a oportunidade de realizar a sua função social enquanto instrumento de inclusão social e da promoção da cidadania;
- Formular e apontar propostas concretas de discussão e educação sobre o tema cidadania e direitos básicos do cidadão orientadas pelas principais necessidades das crianças e jovens envolvidos;
- Promover o debate acerca da cidadania com crianças e jovens em situações de alto risco social, buscando combater situações de violência e de envolvimento com o tráfico de drogas, a partir de uma ótica de prevenção.
- Elaborar trabalhos científicos referentes a temática, unindo teoria e prática.

Na época da sua implementação o projeto passou por várias etapas, algumas já foram eliminadas, outras permanecem.

Iniciamos com a divulgação do projeto de extensão e o respectivo cadastramento dos alunos de graduação e pós-graduação do Curso de Direito da UFSC interessados em participar.

Depois, efetuamos entrevistas com o Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina e seus assessores, o Gerente Regional para a Grande Florianópolis, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas estaduais, visando avaliar previamente o interesse no projeto e o grau de informação dos alunos sobre os direitos da cidadania.

Fizemos diversas reuniões, entre os discentes e a coordenação do projeto para discussão da temática e do método de trabalho; e reuniões conjuntas dos universitários com representantes da Gerência Regional da Grande Florianópolis da Secretaria da Educação e com os diretores de escolas para discussão dos temas abordados e da metodologia de trabalho, objetivando o contato dos graduando com os alunos das escolas públicas do ensino fundamental e médio da região;

Realizamos um curso de capacitação dos universitários com a Metodologia da Pedagogia da Problematização. Tal metodologia proposta por Bordenave, ressalta a importância da descoberta e do crescimento do indivíduo na sua totalidade. Conseqüentemente, preocupa-se com a transformação dos hábitos e comportamentos e com a melhoria da qualidade de vida, via novos conhecimentos. Baseia-se em um mundo de mudanças rápidas e investe na capacidade do aluno como agente de transformação social,

permitindo ao estudante o desenvolvimento da capacidade de observação e da criatividade. A observação da realidade propicia mais conhecimento e um levantamento mais eficaz das informações e conteúdos já assimilados.

A eleição das prioridades consiste na identificação dos verdadeiros “nós” críticos, ou seja, de aspectos que podem representar desafios no incremento do raciocínio e na absorção sobre o assunto ou problemas abordado. A importância de identificar esses “nós” está justamente na facilitação do processo.

Depois de conhecer-se o problema ou conteúdo, a teorização – ou identificação dos porquês – encaminha para um aprendizado e uma compreensão mais profundos. Desta forma o passo seguinte, o levantamento de hipóteses de solução para os problemas, conduz mais firme e facilmente à aplicabilidade dos conteúdos no plano real, pelo domínio do tema e da situação.

Uma vez elaboradas, as estratégias são aplicadas à realidade e os resultados, verificados. É importantes notar que a Pedagogia de Problematização permite a avaliação do processo ao longo de todo o seu percurso.

A clareza quanto aos objetivos permite um monitoramento adequado e a conseqüente avaliação do impacto da ação. O grupo pode reformular suas ações a qualquer momento, conforme a necessidade. Rever estratégias é importante para garantir um bom desempenho.

No momento da capacitação foram detectadas as seguintes problemáticas – ou “nós” críticos – para a implementação do projeto:

- 1- que assuntos abordar em função da faixa etária dos alunos da rede pública;
- 2- como tornar a linguagem jurídica acessível à população;
- 3- a falta de integração da universidade com a comunidade;
- 4- como motivar os alunos da rede pública;
- 5- como estabelecer uma relação de confiança;
- 6- de que forma conhecer a realidade do público-alvo;
- 7- como mudar a imagem dos universitários perante a comunidade;
- 8- a possível rejeição por parte dos alunos-alvo;
- 9- de que forma estabelecer e manter o relacionamento harmônico e o espírito de equipe entre os universitários envolvidos no projeto.

Foi mantido um envolvimento preliminar dos graduandos com as escolas para avaliação das carências comunitárias.

Realização de reuniões mensais entre os universitários e a coordenação do projeto para análise das informações obtidas, organização dos temas e elaboração da estratégia de atuação em cada comunidade, bem como do cronograma de encontros nas escolas selecionadas.

O projeto realizado no ano de 2004 previu inicialmente a escolha entre as várias escolas públicas de ensino que demonstrassem interesse no nosso trabalho e que fossem localizadas em comunidades carentes, ou com alto índice de criminalidade. O resultado apontou as seguintes escolas: Escola Estadual Básica Padre Anchieta, Escola Estadual Básica Getúlio Vargas e Escola Estadual Américo Dutra Machado, ambas localizadas no município de Florianópolis.

A seguir, foram compostos 03 (três) grupos de trabalho, que realizaram a primeira abordagem nas escolas contempladas buscando contemporaneamente identificar as carências dos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública em relação ao conhecimento e ao entendimento dos direitos dos cidadãos.

Os universitários foram encarregados de desenvolver, cada um, 04 (quatro) horas de atividades semanais no âmbito da escola de competência do próprio grupo. A metodologia não-tradicional é o outro marco adotado pelos universitários para a instauração de um maior diálogo com os alunos beneficiados. São privilegiadas mesas de discussão, oficinas, laboratórios e atividades práticas, em relação a aulas descritivas e seminários. Os alunos são estimulados a comunicar, a serem sujeitos ativos da própria aprendizagem.

As atividades consistiram na realização de dinâmicas, grupos de discussão, oficinas e laboratórios. A abordagem metodológica foi muito enriquecida pela experiência que os próprios universitários desenvolveram progressivamente e, após devida aprovação da coordenação do grupo, outras atividades foram elaboradas, a fim de despertar o interesse e envolver maior participação dos alunos, como por exemplo, a realização de júris e de votações eleitorais simuladas (esta última através da utilização de uma urna eletrônica), a exibição e elaboração de discussões sobre filmes específicos, a realização de um concurso que premiou um aluno da escola estadual que elaborou a letra de um “Rap” mais criativo sobre cidadania, entre outros.

Para a escolha dos temas a serem tratados, o projeto parte de uma lógica de flexibilidade e de responsabilidade. A abordagem utilizada pelos universitários é diversa de acordo com a escola e com a turma com que trabalham. É importante, a fim de conseguir um bom diálogo com as crianças e adolescentes, respeitar os seus interesses e necessidades práticas e orientar a partir deste pressuposto o diálogo com os alunos sobre os principais temas relacionados com a cidadania.

Esta abordagem flexível deve ser também responsável; desta forma, o projeto realiza uma reunião mensal de todos os universitários participantes com a coordenação, na qual serão discutidas e analisadas as atividades realizadas. Durante este encontro, o responsável por cada grupo, que terá sido previamente escolhido, deverá apresentar um relatório das próprias atividades, baseado em um modelo previamente elaborado pela coordenação, nesta ocasião ocorre uma troca de experiências e formulação de propostas de ensino para solução dos problemas detectados.

Além disso, foi formado um grupo de estudos, com encontros semanais, para pesquisar, estudar e debater questões teóricas e metodológicas relacionadas ao projeto.

Em particular, os alunos das escolas demonstraram grande interesse pelo conhecimento do direito da criança e do adolescente, do direito do trabalho e penitenciário, do direito eleitoral, do direito da saúde, do direito criminal etc.

As temáticas abordadas nestas áreas eram relativas à participação política (eleições, direito ao voto etc.), a estrutura política e jurídica do Estado (autoridades e administradores da justiça etc.), trabalho (primeiro emprego, carteira assinada, direito à greve, estágios etc.), violência (armas, polícia, drogas etc.), direito da saúde (direito à saúde, prevenção, drogas lícitas etc.), criança e adolescentes (violência doméstica, direitos e não ausência de limites etc.), entre outros.

As atividades causaram um impacto positivo nas escolas, despertando o interesse de alunos e professores. Após a realização de uma avaliação geral que, entre outros fatores, considerou a opinião dos alunos envolvidos, concluiu-se que a vontade geral era dar prosseguimento ao projeto e ampliar as atividades, incluindo mais turmas e aumentando, desta forma, o universo dos alunos beneficiados.

Do ponto de vista prático, a partir das atividades dos universitários demonstrou-se muito oportuna à utilização de novos instrumentos. Por exemplo, após uma experiência



piloto desenvolvida por um dos grupos em uma das escolas envolvidas, ficou claro o interesse dos participantes pela publicação de um jornal mensal sobre as atividades, com contribuições dos alunos das diversas turmas e escolas, até em vista da divulgação dos trabalhos para os alunos e a integração dos participantes do projeto.

O atual projeto também prevê a realização de laboratórios de teatro e de cinema sobre os temas relativos à cidadania, cujas modalidades e detalhes deverão ser decididos segundo o tempo disponível e os interesses de cada turma. Ademais, está prevista a elaboração, em conjunto com os alunos envolvidos, de uma pequena cartilha sobre os direitos e deveres básicos da criança e do adolescente, que aborde também a questão do tráfico de drogas, que deverá ser amplamente distribuída.

Para a realização de todas essas ações está sendo buscado financiamento junto a agências nacionais e internacionais, para propiciar o crescimento do projeto.

O projeto também busca a multiplicação dos resultados, sendo que, os alunos são estimulados a serem difusores da cidadania, levando as idéias elaboradas a partir do aporte dos universitários à própria família, grupo de amigos.

Uma idéia completa sobre o projeto só se dará com a explanação acerca da realidade social de cada escola envolvida no projeto.

A Escola Estadual Básica Padre Anchieta, localizada no Bairro Agrônômica, recebe muitos alunos provenientes das Favelas do Maciço do Morro da Cruz, tais como Morro do Horácio, Morro do Nova Trento, Morro do 25 e Morro do Checa-Checa. Também faz parte da clientela da escola, num dos períodos, em função da sua localização, crianças e adolescentes que moram ou passam parte do tempo nas instituições como Pró-Menor, Florir Floripa, Casa da Liberdade (projetos sociais que atendem as crianças em horários alternados ao da escola), Casa da Semiliberdade (onde ficam os menores que cometem algum tipo de delito), Lar Recanto do Carinho (lar onde se encontram crianças portadoras do vírus HIV e não possuem assistência familiar), Casa de Passagem (onde ficam crianças que não têm para onde ir, por algum tempo, porque abandonam o lar ou são abandonados). Além disso, a escola atende as crianças da classe hospitalar do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

A Escola Estadual Básica Getúlio Vargas encontra-se no Bairro Saco dos Limões, zona Sul da Ilha de Florianópolis. A Escola recebe alunos de outras comunidades

de Florianópolis e, diversamente dos anteriores, não atende uma comunidade específica. Em geral, a problemática relacionada à violência não é percebida de forma tão evidente e não há uma realidade generalizada de potencial envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas, como nos institutos mencionados anteriormente. Todavia, isto não significa que tais problemas não existem: a escola também agrega alunos vindos do Morro da Caieira, favela que fica nas proximidades.

A Escola Estadual Américo Dutra Machado encontra-se no Bairro Monte Cristo, e divide as favelas de Novo Horizonte e de Chico Mendes, na região continental da grande Florianópolis. De forma semelhante às outras duas escolas, as principais demandas sociais atendidas nesta escola são, em primeiro lugar, o combate ao tráfico de drogas no sentido de prevenir o envolvimento de crianças como “laranjas” do tráfico, principalmente no ensino fundamental. Também se busca prevenir a violência entre os alunos, fomentada pela rivalidade que existe entre os alunos provenientes da Favela Novo Horizonte e da Favela Chico Mendes. Vários episódios de rixas e brigas entre gangues provenientes das favelas já foram verificadas na escola.

No ano de 2004, o projeto envolveu, nas 03 (três) escolas, 30 (trinta) turmas e aproximadamente 650 (seiscentos e cinquenta) alunos. Neste ano de 2005, a Escola trabalhou-se com cerca de 500 crianças, no período que se iniciou em abril e finalizará em novembro.

Em meados de 2005, iniciamos nosso trabalho na Escola Estadual Jurema Cavalazzi, localizada no Bairro da Prainha, próxima ao Morro da Queimada, onde se encontra uma favela.

Além das atividades nas escolas, no ano de 2005, buscou-se uma parceria com uma organização não-governamental chamada Balakubatuki, Arte e Cidadania. Fundada em 1998, por Daniel Cirimbelli da Luz, percussionista e arte-educador, o projeto musical visa à educação de crianças em risco social, e é realizado na Casa da Liberdade e na Casa da Criança (casas de apoio a crianças e adolescentes carentes da cidade de Florianópolis). Atualmente, o Projeto atende as seguintes comunidades na grande Florianópolis: Morro da Queimada, Morro do 25, Morro da Caixa, Mocotó, Mont Serrat (Casa da Liberdade), e Morro da Penitenciária (Casa da Criança) e Maciço da Agrônômica (Ilha da Criança). São oferecidas aulas de percussão, violão e canto, para crianças de 07 a 14 anos, divididas em

turmas conforme a faixa etária. A união dos dois projetos busca uma otimização dos trabalhos de cada um. Esse intercâmbio iniciou-se em abril do corrente ano, realizando-se encontros quinzenais com os monitores. Nosso objetivo é que os monitores possam se tornar multiplicadores do conhecimento dentro do próprio Balakubatuki, e em suas comunidades, e posteriormente pretende-se estender as atividades para todas as crianças envolvidas.

Apresentando as atividades do Projeto Lições de Cidadania, pretendeu-se despertar para a importância da extensão universitária, como mecanismo de contato dos universitários com a realidade social, revitalizando o conhecimento produzido na academia e possibilitando uma relação direta entre Direito e cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BORDENAVE, Juan Diaz. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COELHO, Lígia Martha et. al. **Cidadania: emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

COLAÇO, Thais Luzia. **O ensino do direito no Brasil e a elite nacional**. Trabalho apresentado no Congresso de História das Universidades da Europa e da América. Cartagena, nov. 2004.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (Coord.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.